

JUCESP  
20 09



JUCESP PROTOCOLO  
0.980.126/12-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM  
ATÉ NOVE SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
RENOVA ENERGIA S.A.**

**Entre**

**RENOVA ENERGIA S.A.**  
*como Emissora,*

**e**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário*

**datado de 03 de setembro de 2012**

---

8



DUCE SP  
20 09 12

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM ATÉ NOVE SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RENOVA ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**RENOVA ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.534.605/0001-74, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, Em até Nove Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renova Energia S.A. ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

**1. AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 15 de agosto de 2012 ("RCA") e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 31 de agosto de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

**1.2.** A constituição das Garantias, conforme descritas na Cláusula 3.1.9 abaixo, foram aprovadas pela Emissora, com base nas deliberações da RCA e da AGE.

**DOS REQUISITOS**

**1.3.** A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:



JUCESP  
20 09 12

### **1.3.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**1.3.1.1.** As atas da RCA e da AGE de que trata a Cláusula 1.1 e 1.2.(i) acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### **1.3.2. Arquivamento da Escritura**

**1.3.2.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

### **1.3.3. Registro na CVM**

**1.3.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

### **1.3.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP")**

**1.3.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 2.7.2 e 2.7.4 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **1.3.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

**1.3.5.1.** A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

## **2. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **2.1. Objeto Social da Emissora**

**2.2.1.** A Emissora tem por objeto social: (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) a produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; (iv) comercialização de créditos de carbono; (v) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética; (vi) a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração;



DUCE SP  
20 09 10

(vii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (viii) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, *wafers*, células, painéis, módulos e inversores; (ix) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e (x) a participação no capital social de outras sociedades.

## **2.2. Número da Emissão**

**2.2.1.** Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

## **2.3. Montante da Emissão**

**2.3.1.** O montante total da emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em até 09 (nove) séries, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

## **2.4. Número de Séries**

**2.4.1.** A Emissão será realizada em até 09 (nove) séries, sendo as debêntures da primeira série denominadas "Debêntures da 1ª Série", as debêntures da segunda série denominadas "Debêntures da 2ª Série", as debêntures da terceira série denominadas "Debêntures da 3ª Série", as debêntures da quarta série denominadas "Debêntures da 4ª Série", as debêntures da quinta série denominadas "Debêntures da 5ª Série", as debêntures da sexta série denominadas "Debêntures da 6ª Série", as debêntures da sétima série denominadas "Debêntures da 7ª Série", as debêntures da oitava série denominadas "Debêntures da 8ª Série" e as debêntures da nona série denominadas "Debêntures da 9ª Série". As Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série, as Debêntures da 3ª Série, as Debêntures da 4ª Série, as Debêntures da 5ª Série, as Debêntures da 6ª Série, as Debêntures da 7ª Série e as Debêntures da 8ª Série conjuntamente com as Debêntures da 9ª Série são denominadas "Debêntures".

## **2.5. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

**2.5.1.** O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco mandatário ("Banco Mandatário") e o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador").

## **2.6. Destinação dos Recursos**

**2.6.1.** Os recursos captados através desta Emissão serão destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou A-3 2011.

DUCESP  
20 09 12

## **2.7. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

**2.7.1.** As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

**2.7.2.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

**2.7.3.** Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**2.7.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

## **2.8. Colocação e Procedimento de Distribuição**

**2.8.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, com intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**2.8.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

**2.8.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de



DUCESP  
20 09 12

negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura e (iii) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Emissão.

**2.8.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**2.8.5.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

**2.8.6.** A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

### **3. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **3.1. Características Básicas**

##### **3.1.1. Quantidade de Debêntures**

**3.1.1.1.** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures no total, sendo 1.000 (mil) Debêntures da 1ª Série, 2.600 (duas mil e seiscentas) Debêntures da 2ª Série, 2.700 (duas mil e setecentas) Debêntures da 3ª Série, 2.900 (duas mil e novecentas) Debêntures da 4ª Série, 3.500 (três mil e quinhentas) Debêntures da 5ª Série, 5.700 (cinco mil e setecentas) Debêntures da 6ª Série, 3.800 (três mil e oitocentas) Debêntures da 7ª Série, 3.500 (três mil e quinhentas) Debêntures da 8ª Série e 4.300 (quatro mil e trezentas) Debêntures da 9ª Série.

##### **3.1.2. Valor Nominal Unitário**

**3.1.2.1.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

##### **3.1.3. Data de Emissão**

**3.1.3.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

##### **3.1.4. Prazo e Data de Vencimento**

**3.1.4.1.** As Debêntures da 1ª Série têm prazo de vigência de 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2014 ("Data de Vencimento da 1ª Série").

**3.1.4.2.** As Debêntures da 2ª Série têm prazo de vigência de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2015 ("Data de Vencimento da 2ª Série").

**3.1.4.3.** As Debêntures da 3ª Série têm prazo de vigência de 04 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento da 3ª Série").

ENERBRÁS  
20 09 12

**3.1.4.4.** As Debêntures da 4ª Série têm prazo de vigência de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento da 4ª Série").

**3.1.4.5.** As Debêntures da 5ª Série têm prazo de vigência de 06 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento da 5ª Série").

**3.1.4.6.** As Debêntures da 6ª Série têm prazo de vigência de 07 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento da 6ª Série").

**3.1.4.7.** As Debêntures da 7ª Série têm prazo de vigência de 08 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2020 ("Data de Vencimento da 7ª Série").

**3.1.4.8.** As Debêntures da 8ª Série têm prazo de vigência de 09 (nove) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2021 ("Data de Vencimento da 8ª Série").

**3.1.4.9.** As Debêntures da 9ª Série têm prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de setembro de 2022 ("Data de Vencimento da 9ª Série" e, em conjunto com as demais, "Data de Vencimento").

### **3.1.5. Forma e Emissão de Certificados**

**3.1.5.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

### **3.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

**3.1.6.1.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

### **3.1.7. Conversibilidade**

**3.1.7.1.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### **3.1.8. Espécie**

**3.1.8.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

### **3.1.9. Garantia**

**3.1.9.1.** As Debêntures contarão com as seguintes garantias ("Garantias"): (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), de titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado pela Companhia, pelo Agente Fiduciário e pela Enerbrás ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e



DUCESP  
20 09 12

quaisquer recursos depositados na conta vinculada 6120-4, mantida no Banco do Brasil S.A., Agência 3064-3, na qual serão depositados o: (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A. ("Serra da Prata"); e (b) fluxo de dividendos distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova") à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Bens e Direitos e Outras Avenças, a ser celebrado pela Companhia, pelo Agente Fiduciário, pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário, pela Enerbrás e pela Nova Renova ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia").

### **3.2. Subscrição**

#### **3.2.1. Prazo de Subscrição**

**3.2.1.1.** As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em uma única data, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da instrução CVM 476 e nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Real, em até Nove Séries, da Renova Energia S.A." ("Contrato de Distribuição") celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.

#### **3.2.2. Preço de Subscrição**

**3.2.2.1.** O preço de subscrição de cada Debênture será seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios previstos na Cláusula 3.5 abaixo, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

### **3.3. Integralização e Forma de Pagamento**

**3.3.1.** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

### **3.4. Atualização Monetária do Valor Nominal**

**3.4.1.** Não haverá atualização monetária do valor nominal das Debêntures.

### **3.5. Remuneração**

#### **3.5.1. Juros Remuneratórios**

**3.5.1.1.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 123,45% (cento e vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa em forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro*



JUCESP  
20 09 12

*rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures ("Juros Remuneratórios").

**3.5.1.2.** Os Juros Remuneratórios serão pagos integralmente na Data de Vencimento da respectiva série e farão jus aos referidos Juros Remuneratórios os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento.

**3.5.1.3.** Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da remuneração devida, calculado com 06 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, informado/calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da Data de Emissão (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas entre a Data de Emissão (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive), sendo "n" correspondente ao número de dias e representada por um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 01 (um) até "n";

p = 123,45 (cento e vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos);

$TDI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 08 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

JURIS  
20 09 12

$DI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 01 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 02 (duas) casas decimais; e

Observações:

O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 08 (oito) casas decimais com arredondamento; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**3.5.1.4.** Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

**3.5.1.4.1.** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

**3.5.1.5.** Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

JUCESP  
20 09 12

**3.5.1.6.** Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do valor nominal unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

**3.5.1.7.** Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta.

### **3.6. Repactuação**

**3.6.1.** Não haverá repactuação das Debêntures.

### **3.7. Pagamento do Principal**

**3.7.1.** O valor nominal unitário de cada série das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento da respectiva série, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão.

### **3.8. Condições de Pagamento**

#### **3.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

**3.8.1.1.** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora, no Banco Mandatário ou junto ao Agente Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

**3.8.1.2.** Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **3.8.2. Prorrogação dos Prazos**

JUCESP  
20 09 12

**3.8.2.1.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.8.3. Encargos Moratórios**

**3.8.3.1.** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

### **3.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

**3.8.4.1.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

### **3.9. Publicidade**

**3.9.1.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, serão publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

## **4. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA PARCIAL OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **4.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

**4.1.1.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em circulação. Quaisquer das hipóteses acima, deverão ser objeto de ato deliberativo da Companhia, no termos de seu Estatuto Social.



JUCESP  
20 09 12

#### **4.2. Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou Resgate Antecipado Facultativo Total**

**4.2.1.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 17 de setembro de 2014, inclusive: (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do valor nominal unitário das Debêntures (ou do saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável. A amortização antecipada facultativa parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.

**4.2.2.** A Amortização Antecipada Facultativa Parcial e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ("Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

**4.2.3.** A Emissora deverá comunicar a CETIP através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Mandatário e Agente Escriurador.

**4.2.4.** O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do valor nominal unitário a ser amortizado ou resgatado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente), acrescido de um Prêmio, conforme definido na Cláusula 4.2.9 abaixo.

**4.2.5.** A Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (ii) o percentual do saldo do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total.

**4.2.6.** O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa Parcial deverá ser realizado na data indicada na Notificação da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

JUCESP  
20 09 12

**4.2.7.** No caso de Amortização Antecipada Facultativa Parcial, o valor nominal a ser amortizado e os Juros Remuneratórios a serem pagos na Data de Vencimento serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, desde a data do pagamento da respectiva amortização.

**4.2.8.** Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures deverão ser canceladas.

**4.2.9.** Sobre o valor a ser resgatado ou amortizado, será devido um prêmio, conforme descrito abaixo ("Prêmio"):

- (i) do início do 25º (vigésimo quinto) mês até o final do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão: 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (ii) do início do 37º (trigésimo sétimo) mês até o final do 48º (quadragésimo oitavo) mês da Data de Emissão: 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (iii) do início do 49º (quadragésimo nono) mês até o final do 60º (sexagésimo) mês da Data de Emissão: 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (iv) do início do 61º (sexagésimo primeiro) mês até o final do 72º (septuagésimo segundo) mês da Data de Emissão: 1,00% (um por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (v) do início do 73º (septuagésimo terceiro) mês até o final do 84º (octogésimo quarto) mês da Data de Emissão: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (vi) do início do 85º (octogésimo quinto) mês até o final do 96º (nonagésimo sexto) mês da Data de Emissão: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- (vii) do início do 97º (nonagésimo sétimo) mês até o final do 108º (centésimo oitavo) mês da Data de Emissão: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e
- (viii) do início do 109º (centésimo nono) mês até o final do 120º (centésimo vigésimo) mês da Data de Emissão: não será pago Prêmio sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.

#### **4.3. Vencimento Antecipado**

##### **4.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado**

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 4.3.1.1 e 4.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do valor nominal unitário das Debêntures em circulação acrescido dos





JUCESP  
20 09 12

Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia, nas respectivas datas de pagamento, não sanado no prazo de 01 (um) dia útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou auto-falência da Emissora, independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou do pedido de auto-falência;
- (d) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não devidamente elidido no prazo legal;
- (e) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- (f) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora:
  - (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto e desde que tal medida judicial não tenha sido indeferida ou julgada improcedente; (ii) que o protesto foi cancelado; (iii) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iv) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (g) inadimplemento pela Emissora e/ou suas controladas de qualquer decisão judicial ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o equivalente em outras moedas;
- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (i) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura provem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes, em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data na qual a Emissora receba comunicação da referida comprovação, conforme aplicável;





DUCESP  
20 09 12

- (j) inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo, não sanado ou não repactuado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (k) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento ou, em sua falta, em 10 (dez) dias úteis;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (m) realização de redução de capital social sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) vencimento antecipado de dívidas financeiras da Emissora e/ou de suas controladas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro que venha a substituí-lo;
- (o) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido desde que: (i) comprovada a capitalização mínima de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) na Emissora; (ii) atingido ICSD conforme definido no item "r" abaixo, e (iii) a Emissora esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (p) realização de novas dívidas pela Emissora, pela Enerbrás ou pela Nova Renova, bem como por todas as suas controladas ligadas direta ou indiretamente aos projetos ESPRA (PCH's) e LER 2009, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, ficando desde já admitida a captação adicional de no máximo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) junto à empresa do grupo GE (ou a outra instituição desde que a custo inferior e que seja

JUCESP  
20 09 12

previamente aprovada pelos titulares das Debêntures no quórum acima mencionado) para financiamento de equipamentos;

(q) concessão de garantias de qualquer espécie a terceiros, sem que antes as ofereça aos Debenturistas (*negative pledge*), com exceção de garantias oferecidas a bancos de fomento que financiem os projetos vinculados às companhias controladas, relativos às unidades de energia;

(r) não cumprimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") da Emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: Total de Dividendos recebidos pela Emissora / Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos). Visando à adequação do nível de ICSD exigido, fica admitida a utilização do saldo de caixa acumulado na Emissora para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das Debêntures. Por "Serviço da Dívida", entende-se como a amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação do cumprimento do ICSD;

(s) realização de contratos de mútuo com as controladoras (em qualquer valor) e controladas diretas ou indiretas (acima do valor acumulado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)), sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(t) alterações societárias e venda de ativos da Enerbrás ou da Nova Renova, bem como de todas as controladas dessas, ligadas direta ou indiretamente aos Projetos ESPRA (PCH's) e LER 2009, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(u) alienação e/ou alteração do atual controle direto ou indireto da Emissora, sem prévia anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) saída da Light Energia S.A. da gestão operacional da Emissora ou perda do poder de gestão em função de alterações no bloco de controle; e

(x) redução da atual participação de 50% (cinquenta por cento) da Light Energia S.A. no bloco de controle da Emissora.

**4.3.1.1.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

JUCESP  
20 09 12

**4.3.1.2.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados na Cláusula 4.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 7 abaixo. Caso os titulares das Debêntures decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia.

**4.3.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário e Agente Escriturador.

**4.3.3.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do valor nominal unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**4.3.4.** Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 4.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do valor nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 3.8.3 acima.

**4.3.5.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 4.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 4.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 4.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**5.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, sendo que no caso das alíneas (a) a (c) abaixo, tais informações serão fornecidas por meio de disponibilização em sua página na Internet ([www.renovaenergia.com.br](http://www.renovaenergia.com.br)) ou na página da CVM na Internet:
  - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido ou 10 (dez) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) relatório demonstrando a apuração do ICSD, com base nas demonstrações financeiras auditadas, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à



JUCESP  
20 09 12

sua apuração e demais informações necessárias para o acompanhamento do ICSD, conforme previsto na Cláusula 4.3.1, "r", supra, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 10 (dez) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre (ITR); e (ii) memória de cálculo e demais informações necessárias para o acompanhamento dos índices financeiros, conforme previsto na Cláusula 4.3.1, "r", supra;
  - (c) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser justificadamente solicitada pelo Agente Fiduciário;
  - (d) notificar o Agente Fiduciário até 01 (um) dia útil após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 4.3.1 acima;
  - (e) em até 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
  - (f) em até 10 (dez) dias úteis contados de seu registro na JUCESP, uma via original desta Escritura e de todos os seus eventuais aditamentos.
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
  - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - (iv) convocar, em até 02 (dois) dias úteis, nos termos da Cláusula 7 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 01 (um) dia útil o Agente Fiduciário da Emissão;



DUCESP  
20 09 12

- (vii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM e cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");
- (x) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (xi) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 2.6 acima, e, caso haja qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças, alvarás, concessões, autorizações ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração no seu objeto social que possa gerar impacto substancial na natureza de seus negócios e afetar





NUCEAF  
20 09 12

negativamente sua capacidade financeira e/ou o pontual cumprimento das obrigações assumidas na presente Escritura;

- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e Agente Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP), durante toda a vigência das Debêntures;
- (xviii) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xix) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures às suas expensas pelo menos uma agência classificadora de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Datas de Vencimento; (b) divulgar e/ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) dia útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (2) notificar o Agente Fiduciário e convocar AGD para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- (xx) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xxi) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, ou indicar onde os documentos estão disponíveis para consulta, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xxii) alienar fiduciariamente em favor dos Debenturistas as ações de emissão da Nova Renova Energia S.A. ("Nova Renova"), na hipótese de liberação do ônus atualmente existente sobre tais ações no âmbito da dívida contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES").

## 6. DO AGENTE FIDUCIÁRIO



JUCESP  
20 09 12

**6.1.** A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

**6.1.1.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) que não atua como agente fiduciário em outra emissão da Emissora ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, conforme exigência do artigo 12, XVI, alínea "k" da Instrução CVM 28.

**6.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**6.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada,





JUCESP  
20 09 12

dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**6.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 6.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

**6.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**6.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

**6.3.4.** É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

**6.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

**6.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

**6.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

**6.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**6.4.** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

DUCESP  
20 09 12

- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o previsto na Cláusula 6.7.4 abaixo; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 7 abaixo;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



JUCESP  
20 09 12

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do valor nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
  - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.



JUCESP  
20 09 12

- (xvi) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares das Debêntures de que o relatório de que trata o item (xiv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xx) disponibilizar, aos titulares das Debêntures, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor nominal unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

**6.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do valor nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos titulares das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (v) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

**6.6.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 4.3.1.2, esta assim o autorizar.

JUCESP  
20 09 12

**6.7.** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$7.000,00 (sete mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

**6.7.1.** Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado ou o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures em circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 3.1.4, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

**6.7.2.** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

**6.7.3.** A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 6.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

**6.7.4.** Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

**6.7.5.** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

**6.7.6.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

**6.7.7.** Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.



JUCESP  
20 09 12

**6.7.8.** A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

**6.7.9.** A remuneração descrita na Cláusula 6.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

**6.7.10.** Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos titulares das Debêntures. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

**6.8.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

**6.8.1.** O ressarcimento a que se refere à Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

## **7. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**7.1.** Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**7.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**7.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

**7.4.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.



JUCESP  
20 09 12

**7.5.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

**7.6.** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

**7.7.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

**7.8.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora*, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

**7.8.1.** A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

## **8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**8.1.** A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Oferta, a Emissão e a constituição das Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora;
- (iii) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, exceto por infrações que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, inclusive, mas não





JUCESP  
20 09 12

se limitando, aos contratos financeiros firmados pela Emissora, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por infrações que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e do registro das Debêntures na CETIP, e exceto por registros que não afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações;
- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora;
- (ix) está adimplente e cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xii) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, na data de integralização das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;
- (xiii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão



JUCESP  
20 09 12

dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (xvii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante. Para os fins deste Contrato, o termo "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Companhia; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Companhia de cumprir com suas obrigações decorrentes da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade da Escritura, dos Contratos de Garantia ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou (iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento.

**8.2. Validade das Declarações.** As declarações e garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura deverão ser válidas e subsistir até o cumprimento integral das obrigações previstas nesta Escritura, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura, nos termos da Cláusula 4.3 acima.

**8.2.1.** A Emissora, conforme o caso, compromete-se a notificar ao Agente Fiduciário, em até 01 (um) dia útil após a ciência pela Emissora, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou inexatas.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



DUESP  
20 09 12

(i) Para a Emissora:

**RENOVA ENERGIA S.A**

Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar,  
CEP 04707-910 - São Paulo, SP  
At.: Sr. Pedro V. B. Pileggi  
Telefone: (11) 3569-6746  
Fax: (11) 3509-1113  
e-mail: [pedro.pileggi@renovaenergia.com.br](mailto:pedro.pileggi@renovaenergia.com.br)

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, 4200, bloco 4- sala 514  
CEP 22640 102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*backoffice*) / Srtª. Nathalia Machado (jurídico)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

(iii) Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

**Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707 – 7º andar  
CEP 04309-010 - São Paulo, SP  
At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1910  
E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20031-170  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564  
e-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)



JUCESP  
20 09 12

**9.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**9.1.2.** As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**9.1.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

**9.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**9.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**9.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**9.5.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**9.6.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**9.7.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**9.8.** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



DUCESP  
20 09 12

**9.9.** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura ou nos Contratos de Garantia.

**9.10.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares das Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**9.11.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos titulares das Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares das Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares das Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares das Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares das Debêntures. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

**9.12.** Sem prejuízo da possibilidade de os debenturistas ou o Agente Fiduciário iniciarem no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nas Debêntures, as partes enviaarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada às Debêntures ou a esta Escritura ("Controvérsia").

**9.12.1.** Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

**9.13.** As partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura.



JUCESP  
20 09 12

**9.14.** A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

**9.15.** A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

**9.16.** A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

**9.17.** As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 03 de setembro de 2012.

\*\*\*\*





JUCESP  
20 09 12

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Colocação, da Renova Energia S.A.)



*Pedro Villas Boas Pileggi*

RENOVA ENERGIA S.A.



Nome:  
Cargo: **Pedro Villas Boas Pileggi**  
**Diretor Financeiro - Novos Negócios e**  
**Relações com Investidores.**

*Carlos Mathias Aloysius Becker Neto*

Nome:  
Cargo: **Carlos Mathias Aloysius Becker Neto**  
**Diretor Presidente**

**TABELÃO OLIVEIRA LIMA**  
15% Cartão de Notas  
Bul. João Roberto de Oliveira Lima  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) COM VALOR econômico de: PEDRO VILLAS BOAS PILEGGI e CARLOS MATHIAS ALOYSIUS BECKER NETO  
SAO PAULO, 06 de Setembro de 2012. Total: R\$ 12.00 12:23:56

BRUNO CARDOSO DE MELLO SANTOS - ESCRIVANTE AUTORIZADO  
AB104184

Colégio Notarial do Brasil  
Estado de São Paulo  
Tabelião de Notas  
Capital  
1059AA510324  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - SP - Tel: 3045-0515

*2*






DUCE SP  
20 09 12

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renova Energia S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: Paulo Luiz FERREIRA  
Cargo: PROCURADOR

**12º TABELIÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Jar. os, 470 - São Paulo - SP - C.P.C. - 08-100  
DEL HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 549-6717 - Fax (11) 3208-6362

Reconheço por semelhante a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, a qual confere com o padrão depositado em Cartório, São Paulo, 11 de Setembro de 2012.

Em testemunho da verdade,  
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado  
1209111333204 - Firma: R\$ 6,00; total: R\$ 6,00

**Cartório do 12º Tabelião de Notas**  
AL SANTOS 14 0  
Cleber Gonçalves  
Escrevente Autorizado  
4042AA736313



JUCESP  
20 09 12

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renova Energia S.A.)

Testemunhas:

1. 

Nome: Eliângela N. Silva e Silva  
RG: RG: 42.037.484-X  
CPF: 338.393.928-61

2. 

Nome: Leila Aparecida Pereira da Silva  
RG: 47.707.160-0 - SSP/SP  
CPF: 225.713.848-13

